


Memória coletiva e valor histórico no mobiliário urbano

Adriana Eckert Miranda

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1498-4309>

E-mail: adriana.eckert@ufrgs.br

Resumo: A pesquisa do mobiliário urbano em praças, que visam projetos de requalificação, envolve aspectos intrínsecos aos elementos de mobiliário, mas também deve cuidar das relações do objeto mobiliário com o lugar e com a comunidade a que pertence. Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise, a partir de conceitos de valor histórico e de memória coletiva do mobiliário urbano, de praças de cidades de origem imigratória alemã e italiana no Estado do Rio Grande do Sul. A investigação baseou-se em métodos de Avaliação Pós-Ocupação (APO), observando *in loco* e em arquivos os critérios de: pertinência, relevância, legibilidade, interferência e identificação. Com essas informações, foram construídas as bases de pesquisa e cadastral, que forneceram os subsídios para as análises relacionadas aos conceitos estudados no mobiliário das praças. Como resultado, verificamos que, nos exemplos estudados, existem aspectos que vão além do valor histórico na preservação do mobiliário urbano, tais como o valor de memória coletiva e as ações de apropriação da população.

Palavras-chave: Design; Mobiliário urbano; Valor histórico; Memória coletiva; Espaços públicos.

244

Collective memory and historical value in street furniture

Abstract: The research of urban furniture in squares, aimed at requalification projects, involves aspects intrinsic to the elements of furniture, but it must also take care of the relations of the furniture object with the place and with the community to which it belongs. This work aims to make an analysis, from concepts of historical value and collective memory of urban furniture, of city squares of German and Italian immigrant origin in the State of Rio Grande do Sul. The research was based on EBS, or Environment-Behavior Studies, observing *in loco* and in files the criteria of: relevance, relevance, legibility, interference and identification. With this information, the research and cadastral bases were built, which provided the subsidies for the analyzes related to the concepts studied in the furniture of the squares. As a result, we verified that, in the studied examples, there are aspects that go beyond the historical value in the preservation of urban furniture, such as the value of collective memory and the actions of appropriation of the population.

Keywords: Design; Urban furniture; Historical value; Collective memory; Public spaces.

Texto recebido em: 09/04/2019

Texto aprovado em: 19/08/2020

Introdução

O conceito de mobiliário urbano possui diferentes acepções conforme estudos sobre o objeto. Creus (1996, p. 6) por exemplo, procura desvincular os objetos instalados no espaço urbano do caráter de mobiliário ou decorar a cidade utilizando, para isso, o termo “elemento urbano”. Mesmo assim, a maior parte dos estudos adota mobiliário urbano pelo termo estar presente na grande parte da legislação das prefeituras e ser tradicionalmente reconhecido (MOURTHÉ, 1998; LAGUNES, 2012).

Ao mesmo tempo, cada um dos objetos que ocupa a rua e outros espaços públicos possui uma dupla função: aquela relacionada ao seu próprio uso (bancos, luminárias, lixeiras, telefones) e o valor de elemento ornamental, simbólico, de delimitação de espaço, de ponto de referência, de recreação ou de construção do imaginário ou da tradição; podendo transmitir impressões de refinamento, peso, segurança, rusticidade ou dureza (LAGUNES, 2012).

A partir desta perspectiva, os objetos instalados no espaço contribuem para a qualidade da ambiência da paisagem urbana, além de confirmar aquilo que Ornstein, Bruna e Romero (1995, p. 55) estabelecem, que é a “relação biunívoca entre ambiente e comportamento de tal forma que o primeiro influencia o segundo e vice-versa”.

Assim, as ações de requalificação de espaços públicos de praças de cidades históricas devem se embasar em estudos que envolvam o patrimônio edificado local, a recuperação do mobiliário urbano com valor histórico e artístico e a inserção de novos elementos, conforme as necessidades funcionais do local e as demandas comunitárias.

Nas iniciativas de requalificação de praças é frequente a inserção do mobiliário urbano de catálogo, que promove a standardização e a simplificação dos espaços, relegando o mobiliário a um problema secundário de projeto (LAGUNES, 2012). Por outro lado, e não menos frequente, nos deparamos com o que podemos chamar de mobiliário de caráter excepcional, com valor histórico, artístico, identitário e ou simbólico. Esses valores por vezes emergem da memória coletiva da comunidade, que é construída ao longo do tempo e, muitas vezes confundida com a história, a economia e a cultura local (LAGUNES, 2012).

Essa condição, no Brasil, é frequentemente observada em cidades do interior e nas cidades fundadas por imigrantes. Os habitantes difundem o passado, sua

origem religiosa ou imigratória nos seus espaços comunitários, tanto privados como públicos. Nesses termos, as praças configuram-se em palco para a manifestação social e cultural nos seus mais variados níveis, a vivência em comunidade e o lazer. Porém, como comentamos, o mobiliário urbano destes espaços tende a uniformizá-los, graças à padronização de seus elementos incorrendo, progressivamente, no desaparecimento das marcas do passado e na perda das memórias individuais e coletivas (SILVA; NOGUEIRA, 2012).

Em estudos sobre mobiliário urbano relacionados aos aportes culturais da população como em Francisco, Ruivo e Almendra (2015) concluiu-se que a excessiva homogeneização do mobiliário contribuiria para a progressiva perda de identidade cultural das cidades. Entendemos neste caso, a identidade cultural de grupos ou indivíduos em termos de subgrupos culturais, que incluem: a etnicidade, a nacionalidade, a língua e a religião. A identidade estaria também relacionada ao que o indivíduo compartilha com os outros membros do grupo, como as tradições e as crenças, a história e o local (CHANDLER; MUNDAY, 2016). Os estudos que propõem revelar as tradições e dinâmicas dos espaços públicos culturalmente diferenciados detectariam aspectos singulares, e poderiam por isso, promover uma projeção mais consciente e justa do mobiliário.

No que tange ao patrimônio construído, em 1964, a Carta de Veneza definia os princípios de restauração de monumentos e sítios, tratando sobre questões como a reversibilidade, a autenticidade, o respeito às estratificações históricas, os vestígios do passado e as intervenções modernas (IPHAN, [1964]; LAGUNES, 2012). Salientamos, contudo, que com este trabalho pretendemos que a discussão se concentre em um estágio anterior, ao contribuir com o design no reconhecimento da memória coletiva e do valor histórico que justificariam a seguir, os processos de salvaguarda, a recuperação e o projeto de mobiliário urbano.

Como objetos que integram e desempenham determinadas funções no espaço público, podemos sugerir que, na interação pública, o mobiliário faria parte da memória coletiva de uma comunidade. Ao mesmo tempo, ele poderia ter valor histórico atribuído, sendo que o contrário, também poderia ocorrer. Esta questão se impõe ao se verificar, por vezes, a inserção de falsos históricos, de aparentes símbolos importados do mobiliário urbano e o desaparecimento de elementos em praças de algumas cidades, sendo que alguns são ou foram elementos apreciados e lembrados por sua população.

Sendo o mobiliário urbano integrante da paisagem urbana, a sua inserção e permanência deve ser discutida a partir de aspectos que extrapolam os atributos intrínsecos do objeto. Nas pesquisas em espaços públicos, aspectos como a trajetória do espaço, as preexistências e o estudo do mobiliário urbano na relação com a comunidade definem as permanências e as diretrizes de projeto onde, por vezes, o objeto de mobiliário se confirmará como atração turística, lembrança afetiva, marco, etc.

O objetivo, portanto, é, conhecendo os conceitos de valor histórico e memória coletiva, evidenciar os atributos de mobiliário urbano que identifiquem exemplos com esses valores em espaços públicos como praças. Para isso, consideramos esses conceitos e também as suas intersecções como: a memória histórica e o valor simbólico. Assim, partimos da reflexão sobre os termos e, a seguir, a sua correspondência em exemplos de mobiliário urbano pesquisados em praças de cidades de diferentes origens imigratórias no estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil. A definição deste âmbito da pesquisa é melhor explicada na seção que comenta sobre a tríade: as pessoas, as praças e o mobiliário urbano.

Conceitos e intersecções

O valor histórico de objetos e monumentos corresponde a uma questão amplamente discutida e fundamenta a preservação do patrimônio. Um texto clássico da discussão de valores de arte e história escrito no início do século XX é *O Culto Moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos* de Alois Riegl (RIEGL, 2013, p. 9). No texto, ele define monumento como: “uma obra criada pela mão do homem com o intuito preciso de conservar para sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de uma ação ou destino” e discute as diferentes concepções de valor para esses monumentos.

Para Riegl (2013, p. 34), o valor histórico será mais elevado “quanto mais claro for o grau em que se revela o estado coeso, original, que o monumento possuía imediatamente ao ser produzido”, ou seja, quanto mais preservado o original maior o valor, sendo que qualquer intervenção seria malvista.

Esclarece que, o que deve ser perseguido é a melhor conservação possível a partir do estado em que se encontra, intervindo somente na progressão da deterioração natural. Em contraposição, Riegl (2013) explica o valor de antiguidade

de um monumento, onde argumenta que um monumento que possui valor de antiguidade não poderia sofrer qualquer tipo de intervenção, considerando que ser antigo é o que determina o seu valor. Para elucidar as diferenças ele comenta:

Se numa velha torre se remover umas poucas pedras estaladas e forem substituídas por novas, o valor histórico de torre não sofrerá uma perda de vulto, dado que, acima de tudo, a forma básica original permaneceu idêntica e encontra-se suficientemente conservada para apreciação de todas as questões históricas suplementares, de modo que poucas pedras trocadas ficam totalmente fora de consideração a esse respeito, ao passo que, para o valor de antiguidade, estes peques nos acréscimos só por si (...) que sobressaem garridamente da massa do antigo, podem surgir em grande medida como perturbadores (RIEGL, 2013, p. 40).

Os conceitos discutidos por Riegl (2013), introduzem, a partir da Segunda Guerra Mundial, novas discussões sobre as práticas de conservação e restauro, amplamente reconhecidas e voltadas para o que se chamou de “restauro crítico” difundidas por teóricos como Roberto Pane, Renato Bonelli, Agnoldomenico Pica e Cesare Brandi (CUNHA, 2006, p. 14).

As questões teóricas de restauração, no entanto, não são o foco deste trabalho, bem como aquelas que tratam especificamente do patrimônio histórico. Contudo, assim como Lagunes (2012), que tratou do mobiliário urbano histórico, consideramos que, da mesma forma que na arquitetura são estudados e analisados os casos para a restauração, igualmente se faz necessária a hierarquização dos diferentes componentes do patrimônio edificado ou das artes decorativas. Os elementos de mobiliário urbano estão, também, presentes em espaços públicos históricos e, por isso, deveriam ser avaliados para, a seguir, determinar o tipo de ação a se pôr em prática.

Halbwachs (1990) e Nora (1993) discutem a memória e a história esclarecendo conceitos muitas vezes confundidos. Halbwachs (1990, p. 81) explica que, inclusive, são termos que se opõem em alguns pontos, dizendo que a história começaria no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apagaria ou se decomporia a memória social, afirmando que:

a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa, desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais suporte em um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que

dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo (...) então, o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

Halbwachs (1990, p. 81), ainda distingue os conceitos sob dois aspectos: a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, que retém aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Já a história divide o tempo em períodos, “como se dividisse o conteúdo de uma tragédia em vários atos”.

Nora (1993) por sua vez, confirma Halbwachs (1990), ao afirmar que a memória é a própria vida carregada por grupos vivos estando sempre em evolução, aberta à lembrança e ao esquecimento, inconsciente das deformações que podem ocorrer, vulnerável aos usos e manipulações, a latências e revitalizações. É um fenômeno sempre atual, enquanto a história é uma representação do passado e a reconstrução incompleta do que não existe mais. Nora (1993) reforça que a memória estará sempre vinculada a um grupo e ela os une e, como Halbwachs (1990) diz que, existem quantas memórias quantos grupos existem enquanto, a história, se liga às continuidades temporais e as evoluções.

Porém, tanto para Halbwachs (1990) como para Nora (1993), a expressão “memória histórica” é uma contradição por seus termos. Isso é bem explicado por Celso Pereira de Sá (2012) em sua discussão sobre a abordagem psicossocial da memória: para Halbwachs (1990), a história só seria escrita quando a memória já estivesse se extinguido e somente a história vivida poderia construir uma memória, mas esta, duraria os limites e o tempo do grupo. Halbwachs (1990) argumenta, então, que isso excluiria as relações com a memória da história disponibilizada através de documentos. A “memória histórica” para Sá (2012, p. 97) é também uma “memória da história”, que abarcaria tanto as memórias orais como as documentais, dentre essas últimas os documentos, as produções didáticas, midiáticas e artísticas.

Já a memória de um indivíduo cujas lembranças foram vividas ou passadas não serão necessariamente só dele, podendo ser propriedade de uma comunidade ou grupo, constituindo-se, portanto, na memória coletiva. Esta última, poderá fundamentar a própria identidade de um grupo que tende a se apegar a um evento fundador bem como a imagens e paisagens (SILVA; MACIEL, 2009).

O historiador Jacques Le Goff (2003) escreveu sobre a história da memória e suas diferentes abordagens. No que tange ao estudo das sociedades, ele coloca a

importância da tradição, que se funda na rotina do grupo e no progresso individual sendo que, neste contexto, a memória é um elemento essencial para uma identidade coletiva.

Especificamente o conceito de memória coletiva na relação com o espaço público, é trazido por Pedro Brandão (2008) em *A identidade dos lugares e a sua representação coletiva*, onde ele argumenta que, para a memória, é atribuída a própria identidade espacial, no qual o lugar seria produto da sedimentação de vivências das quais a comunidade teria memória. Salienta que para os cidadãos de um lugar, ao longo de uma ou mais gerações, o aspecto físico da cidade tem muita importância: o desaparecimento de uma rua, edifício ou árvore pode impactar mais do que um acontecimento ou inovação de repercussão. Brandão (2008) especifica, ainda, que nesta relação entre lugar e memória, a última pode ser ligada: ao passado (história pessoal, local, familiar); a pessoas e acontecimentos especiais (desastres, guerras); a alterações técnico-econômicas (a fábrica, a energia, o transporte); ou a hábitos culturais relacionados ao espaço (festa, religião, desporto, gastronomia).

Considerando o estudo de pesquisa em lugares que se originaram de população imigrante, os hábitos culturais exercem impacto na configuração dos espaços públicos, bem como na escolha e projeto do mobiliário urbano. A pesquisa e análise dos espaços públicos de praças, que são lugares de lazer e encontro da população dessas cidades trazem à tona tanto as memórias coletivas relacionadas ao mobiliário bem como o valor histórico desses objetos que são mais especificamente discutidos a seguir.

As pessoas, as praças e o mobiliário urbano

O estado do Rio Grande do Sul, como território, teve a sua ocupação efetiva a partir de meados do século XVIII, com a vinda de açorianos em uma ocupação planejada para a defesa das possessões e fronteiras da Coroa Portuguesa. A partir do século XIX, os alemães (1824) e italianos (1875) se instalaram em vales e serras, formando núcleos urbanos que ora, seguiam sua tradição de configuração urbana de origem, ou eram projetados pelas equipes de técnicos da província. Progressivamente, os núcleos originais tornaram-se cidades e as suas populações mantêm, em diferentes níveis, aspectos de sua cultura colonial (WEIMER, 2004).

É justamente a cultura colonial traduzida nas tradições e hábitos da sua população que pretendemos identificar nos elementos de mobiliário urbano, reforçando que, para projetos de requalificação, se faz necessária uma pesquisa ampla, para além dos aspectos intrínsecos do objeto mobiliário urbano contando, também, com as formas de interação entre a população e o lugar.

Os grupos coloniais pesquisados até o momento foram os alemães – em praças das cidades de Ivoti e São Leopoldo – os italianos – Monte Belo do Sul e Antônio Prado. O estudo baseou-se em métodos de Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído (APO), que se concentram em técnicas de observação e avaliação das relações homem e ambiente construído (ORNSTEIN; BRUNA; ROMERO, 1995). Considerando-se as praças referenciadas como as mais antigas dos núcleos originais, procedemos com levantamentos nesses locais, entrevistas e a pesquisa documental e bibliográfica que delimitaram o que se chamou de Base de Pesquisa. A partir disso, foram organizados os arquivos de plantas, os desenhos técnicos e elaborados os fichamentos sobre o mobiliário urbano, denominada Base Cadastral.

Através destas bases, procedeu-se com a análise do mobiliário, conforme a eleição de critérios específicos da relação entre o objeto de mobiliário, o espaço urbano e a sua população. Estes critérios foram selecionados através de outros estudos sobre o mobiliário urbano que se aproximam com os conceitos de memória e valor histórico estudados neste trabalho e se concentraram: nas relações mobiliário, usuários e espaço público (MALT, 1970; REMESAR, 2005), na história do mobiliário urbano (LAGUNES, 2012) e no mobiliário de cidades históricas (SILVA; NOGUEIRA, 2012).

Assim, observamos especificamente os critérios de:

pertinência: satisfação entre a função do objeto e o lugar onde se insere; envolve para isso aspectos estéticos, ergonômicos e materiais; envolve a racionalidade no design bem como na sua inserção;

- *relevância*: que é relativo ao valor do objeto para a sua comunidade;
- *legibilidade*: compreensão do objeto pelo usuário em termos estéticos e funcionais bem como da sua relação com o lugar de inserção e o entorno;

- *interferência*: conflitos físicos e visuais entre mobiliários ou entre mobiliário e elementos edificados do entorno;
- *identificação*: correspondência do mobiliário aos valores culturais e tradições da comunidade usuária.

Sob o enfoque desses critérios, no estudo dos objetos de mobiliário urbano nas praças alguns deles se distinguem por dois aspectos essenciais: são aqueles que se destacam pelo apreço e identificação cultural com a população usuária e aqueles que são parte da história da praça, documentados ou referenciados na bibliografia. Podem remeter ou fazer alusão às origens imigratórias da população, à cultura e à economia colonial. Como objeto simbólico, poderia ser análogo ou semelhante a outros existentes ou ter sido projetado para celebrações religiosas ou da cultura local. Este tipo de mobiliário urbano, não raro, é referenciado pela população e, conceitualmente, seria aquele que detém a memória coletiva.

Na maior parte dos casos estudados, o mobiliário que foi documentado ou referenciado em publicações correspondia a elementos significativos da história da cidade ou das praças. Há casos, no entanto, como veremos nos exemplos, nos quais se verifica em um mesmo objeto de mobiliário, tanto o valor histórico como o valor de memória coletiva, ou ainda a detecção de outros, como o simbólico.

Mobiliário urbano de memória coletiva e valor histórico

As praças pesquisadas foram: a Praça Concórdia (Ivoti); a Praça do Imigrante (São Leopoldo); Praça Padre José Ferlin (Monte Belo) e a Praça Garibaldi (Antonio Prado), sendo as duas primeiras situadas em cidades cujo núcleo urbano original era de assentamentos de imigrantes alemães e as duas seguintes de italianos.

A Praça Concórdia correspondeu a primeira praça da cidade de Ivoti. Ela conta com patrimônio edificado significativo e tradicional no seu entorno, como a Sociedade de Canto Concórdia que, além do nome, acompanhou a trajetória do espaço público da referida praça. Na avenida adjacente, acontecem os desfiles da Festa do Colono, uma das principais comemorações da cidade. Contudo, em termos de mobiliário urbano, a praça não possui elementos que podemos destacar como de memória ou valor histórico. A reforma realizada em 1997 modificou a praça

original, que não possui referências documentais ou bibliográficas de seus elementos de mobiliário.

Ao contrário da Concórdia, a Praça do Imigrante conta com significativa documentação. A atual cidade de São Leopoldo e o local da sua praça, junto ao Rio do Sinos foi o ponto de desembarque dos primeiros imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, em 1824. O simbolismo deste evento culmina em 1924, com o projeto e instalação do Monumento ao Centenário da Imigração Alemã e, somente em 1934, com a inauguração da praça com os canteiros traçados e o restante do mobiliário urbano instalado.

A ideia do monumento nasceu na Intendência Municipal, registrada em Ata de 7 de setembro de 1923, que planejava o aterro da margem esquerda do Rio do Sinos junto à ponte e a ereção de um monumento (MÜLLER, 1979). Foi efetivamente construído a partir da contribuição popular, angariada por uma comissão que percorreu o estado. O projeto de autoria do arquiteto Walter Dreschler possui quatro faces: a do lado leste contém os relevos em bronze de D. Pedro I e D. Leopoldina, pois reinavam na época do desembarque; do lado norte, o busto do Visconde de São Leopoldo, fundador da cidade; do lado oeste a efigie do Dr. João Daniel Hillebrand que, além de médico foi diretor da colônia e possuía outros títulos. Por fim, do lado sul, encontra-se a estátua do colono, que apoiado em seu cajado olha para cidade. Abaixo dele, foi escrito *Den Vätern zum Gedächtnis*, que significa “Em memória de nossos antepassados” (MOEHLECKE, 1998, p. 122). (Figuras 1, 2, 3).



Fonte: Museu Histórico de São Leopoldo.

FIGURA 1

Monumento na Praça do Imigrante nos anos de 1930



Fonte: Museu Histórico de São Leopoldo.

FIGURA 2

Monumento na Praça do Imigrante nos anos de 1930



Fonte: Foto da autora, 2016.

FIGURA 3

Monumento na Praça do Imigrante nos dias atuais

Através de imagens da trajetória da praça, percebe-se a importância do monumento para aquela comunidade: eventos políticos, cívicos e outros festejos ocorriam sob esse monumento, centralizado e o ponto focal da praça. Durante a Segunda Guerra Mundial o mesmo sofreu depredação com a retirada da figura do colono por revoltosos, pois representaria a “ligação com a Alemanha e com o

nazismo” (MÜLLER, 1979, p. 12). Contudo, nos anos seguintes à guerra ele foi restaurado totalmente, com a anexação de uma placa com a tradução das palavras em alemão. Esse monumento, portanto, é um elemento com caráter simbólico para a comunidade ao ser a representação da memória imigrante. A sua história relacionada a sua construção, ao lugar da praça e eventos é fartamente documentada na bibliografia (MÜLLER, 2005; MÜLLER, 1979; MOEHLECKE, 1998), em documentos escritos e em imagens. Ao disseminar a sua história e importância regional, este objeto de mobiliário configura-se também, como de valor histórico. Ressaltamos, ainda, que o desenho do monumento é parte do brasão da cidade de São Leopoldo.

A memória coletiva da origem imigrante também está associada à representatividade desse elemento nas mais variadas comemorações na cidade: era sob a sombra do monumento que aconteciam eventos, discursos e apresentações diversas. Era uma espécie de amparo simbólico do passado comum e dos eventos relacionados, que foi detectado através da iconografia.

Outro objeto do mesmo espaço são os bancos originais da fundação da Praça do Imigrante, que totalizavam 54 unidades, conforme bibliografia. Os remanescentes são somente 4 unidades. Configuram-se em bancos com encosto, estrutura em concreto armado e assentos com ripamento de madeira. O seu desenho é robusto, compatível com o peso e, por isso apresenta mobilidade dificultada. Conforme Moehlecke (1998, p. 48), no Relatório Municipal de 9 de janeiro de 1933, foi relatado que, “para comodidade dos visitantes da praça, foram colocados 54 bancos de concreto armado bem reforçado, dum feitio simples, mas de aspecto agradável”.

Com a degradação atual da praça, a população interviu a favor da preservação dos bancos originais fazendo a pintura dos mesmos com cores vivas e diversas para estrutura e assento e também entre as suas unidades. Observa-se que, nesta intervenção pela população, não houve a preocupação com o resgate das características do objeto original, mas sim com a manutenção, em uma tentativa desesperada de preservação.

Através desta ação independente, a população usuária estabelece a apropriação¹ deste objeto visando a sua permanência. Neste sentido, detecta-se a memória coletiva presente nos usuários que fizeram a apropriação: eles interferem para manter o objeto por reconhecer que ele é parte das suas memórias da praça.

Ao mesmo tempo, o banco aparece em muitas imagens ao longo da trajetória do espaço, inseridos nos limites dos canteiros. Através da análise das imagens, é perceptível a sua pertinência e relevância no espaço ao longo do tempo. Apoiando-se nesta documentação, esse objeto teria valor histórico sendo necessário prever, portanto, o seu inventário. (Figuras 4 e 5).



Fonte: Museu Histórico de São Leopoldo.

FIGURA 4

Bancos na Praça do Imigrante nos anos de 1930

256



Fonte: Foto da autora, 2016.

FIGURA 5

Banco da fundação nos dias atuais

Ressaltamos que, o entorno imediato da Praça do Imigrante conta com edifícios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico do Estado (IPHAE), como o Antigo Seminário Evangélico ou Castelhinho (1982) e a Ponte 25 de Julho (1980) ambos construídos antes da fundação da praça. A Praça do Imigrante, no entanto, ainda não foi protegida, mas é objeto de processo de tombamento no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SÃO LEOPOLDO, 2012).

Monte Belo do Sul originou-se de um núcleo inicial, fundado por imigrantes de regiões do norte da Itália, a partir de 1877. A Praça Padre José Ferlin situada em frente à Paróquia São Francisco de Assis é lugar da maioria dos eventos, tanto religiosos como aqueles vinculados à cultura colonial, tais como a Festa da Vindima, *Nostro Natale* e o Polentaço. A praça atual foi totalmente reformada em 2006 em relação ao desenho anterior de 1960. Na remodelação, foi mantido o largo em frente à Igreja, onde foi inserido um chafariz. Este possui formato circular com diâmetro de 3,90 metros e acabamento interno em mosaico cerâmico, com desenho de cachos de uva. O motivo representa a economia local e colonial da vitivinicultura. Por razões não esclarecidas, o jato do chafariz é adaptado por um chuveiro comum e, a água que espargue é colorida na cor vermelha, alusiva à produção do vinho. A praça, a igreja e, particularmente, o chafariz são atrativos turísticos da cidade. (Figuras 6, 7 e 8).



Fonte: Foto da autora, 2018.

FIGURA 6

Chafariz – Praça Padre José Ferlin



Fonte: Foto da autora, 2018.

FIGURA 7

Chafariz – Água / Vinho



Fonte: Prefeitura Monte Belo do Sul. s/d.

FIGURA 8

Praça José Ferlin – Festa da Vindima

No perímetro externo da praça, todos os postes de energia, receberam pintura com as cores da bandeira da Itália. A pintura foi realizada pela prefeitura com a intenção, conforme Secretário de Cultura e Turismo, de lembrar a origem cultural da cidade.

Para além dos exemplos de mobiliário, dois pontos se destacam na praça: a lembrança da origem italiana e a vitivinicultura em eventos como o Polentaço, *Nostro Natale* e a Vindima. Isso impacta consideravelmente no espaço, visto que são

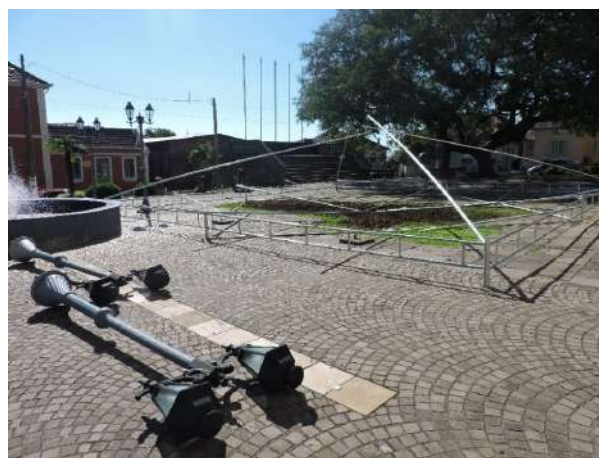
eventos de atração regional. Um dos exemplos é a instalação frequente de coberturas e toldos para palcos de apresentações e quiosques de alimentação. (Figuras 9 e 10).



Fonte: Foto da autora, 2018.

FIGURA 9

Praça José Ferlin – Postes energia com cores da bandeira italiana



Fonte: Foto da autora, 2018.

FIGURA 10

Praça José Ferlin – Instalação de toldos e retirada de postes de iluminação

Os postes de iluminação precisam ser retirados para que aconteça a estruturação dos espaços. A memória coletiva da colonização italiana neste caso é verificada, tanto no mobiliário existente como no itinerante como é o caso dos toldos.

Em Antônio Prado, a Praça Garibaldi encontra-se dentro do perímetro do Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico desde 1987², pelo IPHAN. A praça foi fundada na década de 1920, sofrendo remodelações ao longo dos anos datando, a mais recente, em 2019. O espaço caracteriza-se pelo perímetro de casas tombadas configurando um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos da colonização italiana do país. Assim como a Praça José Ferlin de Monte Belo, a Garibaldi é o espaço de eventos relacionados à cultura italiana que incidem consideravelmente no lugar quando esses ocorrem à exemplo da festa gastronômica colonial da Fenamassa.

Instalado na Praça Garibaldi encontra-se o “Leão de San Marco” que faz parte do projeto “Leoni Nelle Piazze” (leões nas praças), das cidades de origem italiana no Rio Grande do Sul. Inaugurado em 2013, o leão é símbolo das relações entre a região do Vêneto na Itália e as cidades gaúchas. A inserção do Leão pretende valorizar as comunidades italianas e vênetas e as cidades irmãs, que se relacionam através de convênio chamado de *gemellaggio*³.

O escultor italiano Enrico Pasquale produziu cinco leões para cinco cidades gaúchas (Antônio Prado; Flores da Cunha; Ilópolis; Santa Tereza e Sobradinho) obedecendo as proporções do modelo do Leão da praça de São Marcos em Veneza que é o símbolo máximo para os vênéticos. A coluna que sustenta o leão é de autoria do arquiteto Vlademir Roman que compôs o suporte seguindo os preceitos clássicos de base, fuste e capitel e proporções conforme Scamozzi⁴ de oito módulos e meio. (Figura 11).

Cada uma das partições do fuste representa uma das províncias vênetas: Belluno, Padova, Rovigo, Treviso, Venezia, Verona e Vizenza. Atualmente, mesmo após a remodelação mais recente da praça em 2019, o Leão permanece no mesmo local.

O objeto Leão de San Marco é símbolo de origem e do vínculo que a comunidade pradense pretende manter com as cidades irmãs. Possui, portanto, apesar de recente, valor de memória coletiva.



Fonte: <http://comitatenetors.blogspot.com/2013/07/inaugurazione-leoni-nelle-piazze-flores.html>.

FIGURA 11

Leão de San Marco, Praça Garibaldi, Antonio Prado

A partir dos exemplos de mobiliário e das análises na Praça do Imigrante, Praça Padre José Ferlin e da Praça Garibaldi, apresentamos resumidamente o quadro a seguir, no qual destacamos, os atributos de cada objeto relacionado aos conceitos de valor.

QUADRO 1
Valores e atributos identificados no mobiliário urbano das praças Imigrante, José Ferlin e Garibaldi

| | Atributos | Monumento | Banco | Chafariz | Poste | Toldos | Leão |
|-----------------|--|-----------|-------|----------|-------|--------|------|
| Valor Histórico | Referenciado na documentação e bibliografia; | | | | | | |
| Valor Simbólico | Referente ao símbolo da origem comum; | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| Valor de Memória Coletiva | Vinculada à cultura e a identidade de um grupo; vulnerável ao uso; fenômeno atual; | | | | | | |
| Valor de Memória Histórica | Vinculada ao conjunto de documentos | | | | | | |

Fonte: Autora, 2019.

Como se observa, o valor de memória é comum a todos os objetos, sempre relacionado a cultura e a identidade comum. Mesmo objetos de mobiliário urbano instalados em remodelações recentes, os itinerantes e aqueles padronizados - como é o caso dos postes de rede - são elementos que resgatam, de algum modo, a memória coletiva do grupo comunitário. Por sua vez, os elementos com valor histórico, que são referenciados em bibliografia e em documentos a exemplo do Monumento ao Imigrante e o banco original demandam, como objetos, o tombamento em conjunto com a praça, iniciativa que corresponde a um processo iniciado em 2012, pela Prefeitura de São Leopoldo junto ao IPHAN (SÃO LEOPOLDO, 2012).

262

Considerações finais

O mobiliário estudado reflete com seus exemplos que, o valor de memória coletiva dos objetos no espaço público, das praças de origem imigratória, possui maior incidência. Vimos que a maioria das praças sofreu remodelações ao longo do tempo e inseriram elementos de mobiliário que remetiam por suas características ou, por sua função, à memória comum (chafariz, postes, toldos, leão). Isso denota que, apesar do mobiliário urbano de catálogo predominar em espaços públicos, algumas das cidades estudadas resguardam, instalam ou se apropriam de elementos do espaço, vinculando-os à origem imigratória.

Mesmo a Praça do Imigrante, francamente degradada, em função do aumento do fluxo de veículos das vias do entorno e da sua falta de conexão com o adjacente Rio do Sinos, teve os seus bancos antigos apropriados pela população no sentido da tentativa de preservação da sua memória. Esse objeto possui ainda relevante

documentação, principalmente iconográfica, que denota também o seu valor histórico.

O Monumento como vimos, foi descrito e referenciado na documentação e bibliografia, contando com uma base de memória histórica. É um marco de referência da colonização regional estando, inclusive, representado no brasão do município de São Leopoldo.

Alguns elementos de mobiliário são construídos, especialmente, para referenciar a origem, como é o caso do Monumento do Imigrante e do Leão de San Marco. Já na Praça José Ferlin, de Monte Belo, a referência é peculiar, na apropriação dos postes de energia com as cores da bandeira da Itália. Outros, focam especificamente a cultura colonial, como o caso do chafariz e os toldos inseridos para os frequentes eventos típicos, que têm lugar na praça.

Afirmam-se, portanto, valores do mobiliário urbano para além dos atributos intrínsecos do objeto, se inserindo em aspectos amplos de pesquisa que consideram a tríade: objeto, ambiente e usuário. Neste contexto, verificamos através dos conceitos e dos exemplos, as diferenças que podem ser detectadas em objetos de mobiliário com valor histórico e aqueles que são tributários da memória coletiva que foram os casos predominantes no estudo. Isso induz a compreensão de que, para além do mobiliário urbano tombado em espaços históricos existem outros, cujos valores devem ser observados e preservados.

Em todas as cidades estudadas, salientamos a afeição tangível que a comunidade desses locais imprime em alguns destes elementos. Isso pôde ser verificado, por exemplo, nos objetos que sofreram apropriação. Ao mesmo tempo, a população reconhece que, esses elementos de mobiliário são meios de divulgação da sua origem e cultura em eventos variados e impactam na economia local através do turismo.

NOTAS

1. Apropriação envolve necessariamente a interação recíproca usuário/espço, na qual o usuário age no sentido de moldar os lugares segundo suas necessidades e desejos e o seu contexto social. Os lugares, em contrapartida, tornam-se receptivos. Essa influência mútua entre usuário/espço é a razão pela qual as pessoas e os grupos encontram, ou não, sua identidade nos diversos lugares em que vivem (NARCISO, 2009).
2. Processo no Arquivo central do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, Seção Rio de Janeiro, nº 1248 – T -87 (IPHAN, [1987]).

3. Antônio Prado possui convênio de gemellaggio com as cidades de Cavaion Veronese (Província de Verona) e Rotzo (Província de Vicenza).
4. Vincenzo Scamozzi (1548-1616) foi um arquiteto e teórico da arquitetura italiano discípulo de Andrea Palladio e Sebastiano Serlio. Escreve o tratado *L'idea dell'architettura universal*, em 1615.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Pedro. *A identidade dos lugares e a sua representação coletiva*. Lisboa: Europress, 2008.

CHANDLER, Daniel; MUNDAY, Rod. *Dictionary of media and communication*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

CREUS, Marius Q. Espacios, muebles y elementos urbanos. In: SERRA, Josep Ma. *Elementos urbanos: mobiliário y microarquitectura*. Barcelona: G. Gili, 1996, p. 6-14.

CUNHA, Cláudia Reis. Alois Riegl e o Culto moderno dos monumentos. *Revista CPC*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 6-16, 2006.

FRANCISCO, Joana Magalhães; RUIVO, Maria Inês Secca; ALMENDRA, Rita. Sustainable city with inclusive urban equipment: methodology and design. In: Sustainable Development Symposium (SDS). Lisboa, 2015. *Anais...* Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, 2015, p. 1-13.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, IPHAN. *Carta de Veneza*, [1964]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, IPHAN. *Conjunto Arquitetônico da cidade de Antônio Prado*, [1987]. Rio de Janeiro: n. 1248-T-87. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/5098?discover?rpp=10&etal=0&query=processo+1248+87> Acesso em: 14 dez. 2019.

LAGUNES, Silvia S. *Mobiliário urbano: historia y proyectos*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MALT, Harold L. *Furnishing the city*. United States: McGraw-Hill, 1970.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *São Leopoldo: obras e iniciativas públicas*. São Leopoldo: Revivendo o Passado. 1998.

MOURTHÉ, Claudia Rocha. *Mobiliário urbano em diferentes cidades brasileiras: um estudo comparativo*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Estruturas Espaciais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Imigração alemã: sua presença no RS há 180 anos*. Porto Alegre: EST Edições, 2005.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Monumentos em São Leopoldo*. São Leopoldo: Rotermond, 1979.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação: Conceito e procedências. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 out. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

ORNSTEIN, Sheila Walbe; BRUNA, Gilda Collet; ROMERO, Marcelo Andrade. *Ambiente construído e comportamento: a avaliação pós-ocupação e a qualidade ambiental*. São Paulo: Nobel: FAUSP; FUPAM, 1995.

REMESAR, Antoni. *Do projecto ao objecto: manual de boas práticas para o desenho do mobiliário urbano nos centros históricos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2005.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*. Lisboa: Edições 70, 2013.

SÁ, Celso Pereira de. A memória histórica numa perspectiva psicossocial. *Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 14, p. 94-103, 2012.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Conselho Municipal do Patrimônio Histórico. *Memorial de Tombamento da Praça do Imigrante de São Leopoldo: justificativa histórica e iconografia*. São Leopoldo, 2012. (manuscrito).

SILVA, Eder D. da.; NOGUEIRA, Adriana D. *Mobiliário urbano em cidades históricas*. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei.; MACIEL, Henrique Silva. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

WEIMER, Günter. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

Adriana Eckert Miranda é Professora do Departamento de Design e Expressão Gráfica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Mestre em Arquitetura e Doutora em História do Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS.

Como citar:

MIRANDA, Adriana Eckert. Memória coletiva e valor histórico no mobiliário urbano. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 244-265, jul./dez. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.